

Lutas populares pela moradia em Goiânia, Goiás, Brasil: as narrativas e a espacialização a partir da imprensa goiana entre 1975 e 1990

Lythielle Silva Almeida

da Universidade Federal de Goiás - Goiânia - Brasil

lythiellealmeida@discente.ufg.br

Leandro Oliveira de Lima

da Universidade Federal de Goiás - Goiânia - Brasil

leandrolima.ufg@gmail.com

Resumo: O Brasil tem uma longa trajetória de políticas de planejamento urbano. Uma das marcas mais evidentes destas políticas foram a construção de três cidades no interior do território nacional. Em Goiânia, construída como capital do Estado de Goiás, a memória das lutas por moradia tem muito a contribuir no entendimento da qualidade, do direcionamento e dos efeitos socioespaciais das políticas de planejamento urbano. Goiânia seguiu um percurso histórico de produção do espaço, incentivando a dispersão geográfica, dificultando a mobilidade urbana e com fortes repercussões na periferação socioespacial da moradia. Nesse sentido, nosso objetivo é recompor a luta pela moradia a partir da produção do espaço e do papel dos movimentos populares. Essa reconstituição foi, metodologicamente, realizada com base na revisão da literatura e na identificação do fenômeno por meio de diversas reportagens publicadas nos principais jornais de Goiânia, entre 1970 e 1990. Os resultados apontam o reconhecimento dos atores, bem como as espacialidades das ações e, sobretudo, os efeitos das lutas populares no desenho urbano do município. Há também reconhecimento dos vínculos entre lutas populares e Estado, por meio das narrativas descritas pela imprensa na cobertura da questão da moradia em Goiânia.

Palavras-chave: lutas populares; moradia; Goiânia.

Introdução

O objetivo deste artigo é conhecer a luta pela moradia a partir da perspectiva da produção do espaço e do papel dos movimentos populares em Goiânia entre os anos de 1970 e 1990. A reconstituição das lutas pela moradia popular foi, metodologicamente, realizada com base em três momentos. A primeira parte do texto versa, de forma breve, sobre revisão da literatura, em relação ao posicionamento do fenômeno no contexto da produção do espaço, em que valor (de troca e de uso) é visto como elemento indutor das demandas às políticas urbanas. As demandas por moradia popular foram discutidas na segunda seção em que pese os condicionantes socioeconômicos de Goiânia, os fluxos migratórios, os contextos de recessão da economia brasileira, entre outros elementos como o elevado custo dos imóveis, fomentam as lutas populares, assunto que é discutido com maior profundidade na terceira seção do artigo.

O levantamento e identificação dos atores envolvidos com o fenômeno das lutas populares por moradia foi feito por meio de diversas reportagens publicadas nos principais jornais de Goiânia, entre 1970 e 1990. A pesquisa empírica realizou um recuo identificando: a) os sujeitos ativos na reivindicação da luta pela moradia; b) informações de espacialização das ocupações e os processos sob as quais elas ocorreram; c) a forma de organização, os movimentos sociais comunitários envolvidos e os instrumentos Estadais que foram utilizados para cobrir o déficit habitacional em Goiânia. Além disso, apoiamos tais discursos em dados secundários de publicações periódicas como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A produção do espaço urbano e seus atores em Goiânia

A produção do espaço urbano é um pressuposto teórico que avalia o resultado das ações dos atores do espaço urbano, que segundo Corrêa (1989), agem de maneira articulada sobre as cidades. Neste texto, entendemos a produção do espaço urbano de Goiânia como um conjunto de ações articuladas entre atores do segmento do mercado imobiliário, o Estado enquanto responsável pela gestão e execução das políticas públicas com repercussão direta sobre os diferentes espaços cidade, os donos de terras extensas, que no contexto urbano detém poder significativo sobre os rumos das políticas urbanas e, por fim e não menos importante, as camadas populares que, majoritariamente demandam políticas de moradia.

Nesta direção, nossa ideia de produção do espaço urbano de Goiânia é o exercício de compreensão de quais foram os resultados das políticas urbanas no tocante à provisão de moradia, especialmente se tratando de uma capital planejada nos moldes de uma cidade moderna, com forte tendência de regulação e controle do espaço por parte do Estado. Sob este aspecto, Gottdiener (1993, p. 17) entende a produção do espaço como uma tendência à dispersão regional dependente das forças sociais que, no plano da própria sociedade, tende à diferenciação funcional. Por isso mesmo a definição basilar deste autor compreende a produção do espaço em uma *região polinucleada que designa uma forma contemporânea de assentamento*, contribuindo com uma visão mais ampla de cidade.

A produção do espaço urbano é, portanto, o conjunto de atores e forças atuantes em padrões atuais de crescimento polinucleado, com intensa dispersão regional maciça das pessoas, comércio, indústria e da administração pública. No contexto da reestruturação contemporânea de tais regiões em domínios multicentrados – esparramados por vários quilômetros e localizados em todo lugar, especialmente naquelas áreas consideradas antigamente imunes ao desenvolvimento urbano, como é o caso da criação de Goiânia – as

lutas populares de reivindicação da moradia deixaram de ter um papel secundário no processo de produção do espaço.

O papel das lutas populares guarda relação direta com o que Costa e Moraes (1987) nomeou de centralidade na produção do espaço que é a ideia de *valor*. Portanto a produção do espaço como produção de valor, é condição geral da produção da cidade, porque acumula: a) valor decorrente do espaço como receptor fundamental do trabalho morto; b) valor decorrente da qualidade e quantidade de áreas e recursos disponíveis enquanto primeira e segunda natureza; c) agregação de valor das produções materiais. Por isso mesmo, sob a ótica da acumulação de valor, a produção do espaço de Goiânia se mostrou um entrave às camadas populares, seja por vê-la sob a perspectiva de carência de oferta por parte do poder público, seja por ter se tornado obstáculo intransponível exigindo confronto e resistência dos diversos atores sociais excluídos, fatos que estão fartamente avaliados em Moysés (2004), Souza (2010) e Kowarick (1979).

A Demanda Solvável: condicionantes socioeconômicos da moradia em Goiânia

No dia 21 de novembro de 1984 em Goiânia, a seção dos Classificados do Jornal O Popular, dedicada aos anúncios, apresenta uma série de “oportunidades” de compra de imóveis para a referida data. Um anúncio em específico chama atenção: um vendedor oferece o seu lote de 450 m² no bairro Jardim Novo Mundo, a 5 km afastado do centro da capital, por Cr\$ 1.300.000,00 (um milhão de cruzeiros novos). Naquele ano, o salário mínimo registrado era de Cr \$97.176,00 e, portanto, o lote custava mais de 13 salários mínimos, valor que um assalariado comum teria muitíssima dificuldade de poupar. A variação da taxa de inflação no Brasil entre 1983 e 1984 foi da ordem de 205,87%, segundo os registros históricos do IPC, o que significava que o regime comum de poupança estava comprometido, o que tornava ainda mais inviável a aquisição de imóveis aos trabalhadores assalariados comuns. O nível de desemprego estava em torno de 5,2%. A inadimplência do Sistema Financeiro Habitacional (SFH) em 1984 registrou recorde de 54,6%, colocando em xeque os principais programas de financiamento imobiliário vigente.

Esse cenário supramencionado configura a ideia de demanda solvável que circundava a habitação popular em Goiânia entre a década de 1970 e 1990. Compreendemos por demanda solvável a relação entre o número de habitantes carentes por moradia, o número de áreas e domicílios ociosos à disposição no mercado imobiliário, e entre esses dois extremos, a (in)viabilidade econômica do país impondo aos moradores de Goiânia, muitos deles migrantes recém chegados de outros estados da federação, barreiras à aquisição da casa própria. A

expressão demanda, que tem raiz no verbo demandar, designa o que é conhecido na Economia como uma das condições básicas dos sistemas econômicos de produção: a necessidade. Geograficamente falando, como reconhece Harvey (2005), a demanda por moradia tem uma forte vinculação com o espaço, já que em termos econômicos, a necessidade, enquanto condição real, precisa contar com os recursos. Assim, a demanda social por moradia é também uma condição espacial.

As condições socioeconômicas das cidades brasileiras, cumuladas desde à década de 1960, repercutiram também, de forma articulada nas décadas de 1970 e 1980, sobre os mais diferentes lugares da capital goiana. Em especial, dada a sua posição regional no Centro Oeste Goiano, Goiânia, segundo o Censo do IBGE (1960) registrou incremento de mais de 230 mil habitantes, com taxa de crescimento geométrico anual maior que 10%. No Censo do IBGE (1970) o incremento demográfico foi da ordem de 340 mil habitantes. O Censo do IBGE (1980) registrou mais de 717 mil habitantes, mais que o triplo da década de 1960.

Fora esse volumoso afluxo de pessoas registrado pelos censos, o desmonte das políticas de planejamento urbano ficou ainda mais evidente em 21 de novembro de 1986 com a extinção do Banco Nacional da Habitação, fato que decretou a falência do Estado na provisão de moradia. Em Goiânia, uma série de movimentos sociais, culminando em ocupações na região noroeste e leste da cidade como a Federação Goiana de Inquilinos e Posseiros (FEGIP) foram importantíssimos para colocar na pauta dos governos municipais e estadual o que realmente deveria ser o significado da expressão ‘moradia popular’. Deste modo, como indica a tabela 01, uma série de medidas foram tomadas pelo Estado a fim equacionar a real necessidade por moradia.

Tabela 01: Política habitacional em Goiás (1983-1990)

Local	Períodos – Unidades Habitacionais	
	1983 - 1986	1987 - 1990
Goiânia	2.882	10.354
Interior	3.551	15.860
Total Estado	6.433	26.214

Fonte: Adaptado de Barros (2011).

Como expresso pela tabela 01, houve um esforço da parte do governo estadual em equacionar a demanda por habitação. Entre 1983 e 1990 foram entregues 32.647 unidades habitacionais em Goiás, dos quais 13.236 mil unidades eram localizadas em Goiânia (40,5%), cujo custo de assentamento tinha peso significativo à política pública. Desse total, 6.876 eram lotes, cujas áreas médias à época, eram maiores que 300 metros quadrados, totalizando 2.062.800 milhões de metros quadrados de áreas concedidas pelo Estado em Goiânia. Como se

percebe, o Estado portou-se, como ator determinante na produção do espaço urbano da capital. Fora isso, a política habitacional implantada pode ser vista com uma política de urbanização do interior de Goiás, atuando, em certa medida, no controle do afluxo populacional para a capital, inclusive utilizando os municípios limítrofes como local de instalação de conjuntos habitacionais.

Neste contexto, o crescimento urbano de Goiânia tomou um rumo historicamente diferente, do que até então se verificava. Os sucessivos loteamentos não ocupados dentro de Goiânia, impulsionaram o parcelamento em outros municípios. Porém, essa realidade deve ser bem relativizada: a) de um lado as forças do mercado, que não possuíam a responsabilidade histórica de arcar com os custos da urbanização (asfalto, energia, água tratada) incrementadas pela lei 4567/73, viam em Aparecida de Goiânia e Trindade, e nos distritos, um lugar para continuar o mercado 'irresponsável' de transformação de terras rurais em urbanas. b) de outro, a classe popular, organizada na luta pela posse urbana, forçava o governo estadual a implantar políticas habitacionais, de onde surgiram os sucessivos conjuntos populares que despontaram em Goiânia. Esses dois movimentos, apesar de separados aparentemente, em termos de interesse dos atores, repercutiram de igual modo no processo de espraiamento da capital goiana. As condições de uso e fragmentação do espaço seguiram tendências diferentes, muito embora os interessados articulassem suas ações. Se o uso do solo urbano tinha um sentido mais evidente para as associações de moradores e grupos de posseiros, o mercado imobiliário se valeu dessa demanda por utilização do espaço e assim, esculpiu no mapa urbano da capital goiana os espaços ociosos e de especulação, ao longo dos diversos eixos de circulação.

Recompondo a luta pela moradia em Goiânia entre as décadas de 1970 e 1990

A produção do espaço urbano de Goiânia é marcada por inúmeras ocorrências contrárias à ideia de capital planejada. As primeiras ocupações por operários da construção civil de Goiânia, na Nova Vila se deu ainda em 1947, próximo ao antigo Manicômio da Vila Militar. Em 2021 se encontra instalado o Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (CRER). A retirada das famílias acabou originando novas ocupações na região do Areião, às margens do córrego Botafogo.

Em 1975 havia ocupações nas margens da Estrada de Ferro, nos setores Jardim Xavier e Centro-Oeste, no Setor Universitário, na Vila Abajá e em outros pontos da cidade, estimando cerca de mil barracos ao longo da estrada de Ferro a partir do Setor Norte Ferroviário, e aproximadamente cem ocupações de mesma tipologia as margens do Córrego Capim Puba. A fala do então vereador do Arena, Arlindo Lourenço, era de que havia solicitado

ao então Prefeito Francisco de Castro para que houvesse a construção de “pequenas casas” aos “invasores”. A narrativa construída sobre os acampados estava associada aos problemas sociais, econômicos, de ordem sanitária, à marginalidade. Eram caracterizados de forma pejorativa quanto à condição, em que parte significativa desses indivíduos se encontravam, fora do mercado formal de trabalho. O relato de dois ocupantes nesse momento contradiz a construção da imagem marginal que era associada a essas pessoas. Os ocupantes Dázio Pereira de Carvalho, originário de Santa Maria da Vitória, Bahia e Maria Lúcia da Silva, 44 anos, relatam respectivamente:

Sou servente de pedreiro, mas trabalho em qualquer outro serviço braçal que aparecer. A gente sendo pobre, é obrigado a viver por aqui mesmo, mesmo tendo que aturar esse mau cheiro do *corgo*...vou ficando por aqui enquanto puder até que a Prefeitura venha retirar a gente. Só que eles vão ter que me dar outro lugar *pra* ficar, o senhor não acha certo? “. “O que a gente compra hoje em dia com 20 cruzeiros? O dinheiro não dá *pra* nada...Sem outro lugar *pra* ficar, vou ficando aqui mesmo na favela. O barracão se molha todo com a chuva, pois é todo feito de papelão, até o telhado, mas é o jeito sabe? (O POPULAR, 12 de Setembro de 1975, p. 9)

Em 1979, a ocupação da Vila João Vaz passou por expansão mesmo com a criminalização estatal promovida em juízo pelo então juiz, Jales Ferreira Costa, para que não houvesse novas construções no local. A preocupação predominante dos moradores era a possibilidade de um cerco policial, para criminalização e repressão da ocupação. O morador Diomar Ferreira dos Santos relatava a total falta de segurança, porque temiam a derrubada dos barracos com o aporte da força policial. Para Gonçalo Guimarães, morador da ocupação, a proibição não levaria a nada, porque continuariam construindo os barracos, ou como no caso de Zaquel Vieira Borges, que se viu obrigado a abandonar o campo sob a sua condição de meeiro e que ao tentar sua permanência na metrópole sem condições para custear o aluguel se viu na ocupação na Vila João Vaz com uma possibilidade de ter acesso a uma moradia.

A ocupação do Parque Anhanguera ocorre em 1980, e mesmo após terem recebido habeas-corpus favorável emitido pelo juiz da 5ª Vara Criminal dando aos ocupantes o direito de ir e vir, surgiram indivíduos reclamando o direito à posse das propriedades ocupadas. Exemplo disso foi o caso de Zeumir João Seelent, que fez o levantamento de uma cerca e usou da força policial para garantia de restrição do acesso à propriedade, que à época era ocupada por Tersina de Jesus. Essas tensões resultaram na organização de moradores em defesa das ocupações e o uso de meios legais de proteção pelo direito à terra e de permanecerem no local com auxílio do então advogado Lourenço de Oliveira. Na época, os moradores relataram pressões advindas do advogado Luciano Aires da Silva, e do delegado Fiorio da 5ª DP. Em detrimento da repressão, foi detido um dos ocupantes, João Inácio da Costa. A utilização da

força policial e a repressão pela requisição de propriedade já teria evadido quarenta e cinco famílias do local, como informa o Diário da Manhã em setembro de 1980.

Nesse mesmo ano, cerca de 500 famílias moradoras da ocupação do Parque Santa Cruz (que no começo da ocupação era conhecida como Mamoneiras) próxima ao Parque das Laranjeiras, atestavam a ameaça de sua retirada por parte de interesse da área pela Rádio Brasil Central. O local foi ocupado sob um lixão desativado da prefeitura. As primeiras famílias chegaram na área pela própria indicação de fiscais da prefeitura, como relata Pedronil José da Silva, morador, que acabou na ocupação após pretensão de ocupar um terreno na região do Jardim Bela Vista já que se encontrava sem condições de pagar aluguel. Nessa ocasião, segundo ele, surgiram os fiscais “João e Luiz” indicando que ele não poderia ocupar a área no Jardim Bela Vista, o designando para o Parque Santa Cruz, localização longe do centro, sob argumento que na região indicada havia um acerto no “10º andar do Centro Administrativo” ele teria direito ao um terreno em que seria instalada infraestrutura, conforme Diário da Manhã (1980), Pedronil apresentava documentos com timbre da Procuradoria Geral do Estado, sob cessão de lotes urbanos de 12 de junho de 1978 (Diário da Manhã, 1980) tendo uma assinatura de João da Silva Abreu, o que não deixa muito claro se houve ou não real legalidade nesse processo que acabou por orientar mais de 30 outras famílias. Assim como nas outras ocupações, foi constatada a heterogeneidade da população residente que tinha como origem cidades como Anápolis e Corumbá e de bairros do próprio Município de Goiânia como Setor Pedro Ludovico, Jardim Vitória e outros.

Ainda em 1980, houve a retirada dos moradores das ocupações ao longo do Córrego Botafogo e da região do Areião, conforme informado pelo Secretário de Ação Urbana, Waldir Prado, a partir da derrubada dos barracos que se encontravam nesses locais. O objetivo alegado pela prefeitura do município era coibir que novos barracos se assentassem no local, ou que houvesse a expansão dos já existentes. Segundo o Jornal O Popular (1980) foi relatado de que o tratamento dado aos ocupantes mais pobres em relação às “ocupações milionárias” que existiam na Rua 115 seria o mesmo. No entanto, enquanto os assentados em barracos viam a retirada de seus barracos, as casas de alto padrão que ocupavam a Rua 115 tinham apenas seus muros derrubados, como foi o caso de um morador entre a Avenida 83 e a Avenida B. A narrativa da prefeitura foi que esse tipo de ação se estenderia às ocupações situadas no Jardim Botânico e do Jardim Acalanto. O argumento de justificativa das ações da prefeitura se dava por conta da construção de uma ciclovia que se daria ao longo do Córrego Botafogo entre a Vila Redenção e o centro da Capital, estimando 80 km de vias às margens dos córregos e ribeirões da cidade.

Posteriormente aos conflitos que ocorreram entre prefeitura, sob gestão de Índio Artiaga, e os moradores da ocupação do Areião, houve a iniciativa de demarcação de lotes no local com a condição de venda dos terrenos aos cerca de 567 moradores do local. Esse processo se deu junto a assessoria da prefeitura na figura de Aurelino Consort que teria que iniciar a fase de formalização das áreas e de Lourdes Luísa Custódia (que se colocava enquanto líder do grupo que ocupava a área). Essa negociação se deu baseada no fato de que a área não estava apenas associada à prefeitura, mas também ao Governo do Estado de Goiás, dando protagonismo também à primeira dama do Estado, Maria Valadão (Diário da Manhã, 1980).

Outra negociação que estava sendo feita pelo assessor Aureliano Consort, na porção leste de Goiânia, era juntamente aos moradores da ocupação da Vila Concórdia em que o mesmo requisitava o levantamento socioeconômico dos moradores. A Vila Concórdia aparece como um ponto interessante quando se narra as ocupações dela como “Invasão do Oliveira” e “Invasão da dona Irani” que designava o nome dos proprietários (Diário da manhã, 1980).

Já em 1981, os acampados (cerca de uma centena de famílias), tinham medo das remoções pela Secretaria de Ação Urbana com a justificativa de “limpeza da área”. Pessoas como a moradora Maria Aparecida Moreira, de 36 anos, que na época habitava em um barraco de madeira com os nove filhos em dois cômodos, além de mais dois recém-nascidos, estava desempregada e tinha os recursos de sustento da família gerados pelos filhos mais velhos. Viviam sob o pavor da remoção forçada e truculenta enquanto que o discurso da prefeitura era de que as ocupações eram um problema para a execução do projeto, justificando as remoções justificando as obras com o argumento de “As ciclovias vão revolucionar a cidade...principalmente pela grande importância social que isso representará para a população de baixa renda” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1981, p. 12)

Haviam também ocupações as ocupações do Areião, Jardim Botânico, Jardim Botafogo, Vila João Vaz, Jardim Nova Esperança, Jardim Goiás, Parque Vitória, Conjunto Fabiana, Parque das Laranjeiras, Vila São José e Parque João Braz. Nesse contexto é importante salientar alguns pontos importantes. O primeiro deles é sobre a luta popular que resistia às remoções, sejam porque na maioria dos casos não havia uma medida pública que garantisse a essas pessoas o direito a terem uma moradia própria ou por em alguns casos como a transferência para áreas que não se adequavam minimamente com condições de infraestrutura para receberem essa população. A resistência dessas pessoas se deu na luta pela permanência nos locais ocupados ou por acampamentos na prefeitura exigindo que o Estado pudesse ouvir suas demandas, ou até mesmo na organização de associações como a Associação de Moradores do Areião e Jardim Goiás a fim de reivindicar ações efetivas junto à Prefeitura e evitar as remoções forçadas. Há também que se apontar para o papel que a Igreja Católica e

entidades estudantis desempenharam na mediação dos conflitos de reivindicação da moradia popular em Goiânia. Isso se deu não apenas pelo acolhimento desses moradores, como ocorrido em alguns casos, mas também por denunciar a forma truculenta, repressiva e arbitrária da Prefeitura de Goiânia que, em primazia e por força de lei, se apresentava como defensora da propriedade privada tomando parte de uma competência que seria do Poder Judiciário em dirimir divergências entre as partes interessadas. O segundo ponto importante é o papel do Estado, nesse caso a Prefeitura de Goiânia representada pela figura do então prefeito Índio Artiaga e alguns servidores representantes de secretarias e coordenação da Prefeitura. Há também um caso peculiar de um servidor público, o Senhor Rui Machado, que sendo funcionário da Prefeitura, fez uso das suas atribuições públicas para que tivesse a benesse de remover uma ocupação em sua propriedade particular em uma área no Parque João Braz. Por um lado, a Prefeitura se valia de acordos questionáveis com sujeitos que não eram reconhecidos pelos moradores das ocupações, ou mesmo de “entidades fantasmas” a fim de validar as remoções e ou mesmo transferências para áreas que não estavam de acordo com as necessidades dessa população enquanto tratavam qualquer mínima resistência por parte dos ocupantes fruto de uma influência de “indivíduos” que impediam a ação municipal atrapalhando o andamento das negociações e até da realocação desses moradores a um lugar definitivo no intuito de criar impasses políticos desfavoráveis à prefeitura. É importante compreender que esse discurso por parte da Prefeitura aconteceu concomitante a obras em vários desses mesmos locais, como é o caso do prolongamento da Avenida 136, hoje conhecida como um importante eixo em uma área “nobre” da cidade, ou seja, com alto valor agregado ao preço da terra.

Em 1982, moradores da ocupação das margens do Capim Puba se organizaram, tendo como coordenadora da comissão Adecil Silva, buscando reivindicar junto à prefeitura a requisição de regularização fundiária dos terrenos ocupados. Além de obras de implantação das redes de água, canalização do córrego e do esgoto e implantação das linhas de energia, a comissão composta por dez moradores se apresentou na prefeitura solicitando audiência com o prefeito Mário Roriz, Porém devido a impasses foram atendidos pelo chefe de cerimonial da prefeitura Waltércio Vilas Boas, que se comprometeu a entregar o documento para o prefeito, a ponto da comissão exigir um recibo do abaixo-assinado para comprovação da entrega do documento e que se caso não conseguissem uma audiência com o prefeito se organizariam para um ato público na frente da prefeitura (DIÁRIO DA MANHÃ, 1982). Houve conflitos entre ele e a comissão, pois Waltércio pertencia ao PDS, partido para o qual os moradores não reconheciam como legítimo para suas requisições. A divergência partidária iniciou com o então vereador Dori Silva que dizia querer respaldá-los argumentando que morava próximo a

ocupação chegando a afirmar que “já tinha lutado muito por ela”. O argumento dos moradores é que desconheciam o político e de que não seriam utilizados por ele como massa de manobra para angariar eleitores. Além disso, havia a disputa pela representação dessas famílias com o já existente Partido dos Trabalhadores (Diário da Manhã, 1982).

O Bairro Anhanguera, em 1987, já contava com famílias que ocupavam o terreno há mais de vinte anos (por ficar abandonado após seu sorteio na década de 1950). Fugindo dos altos preços dos aluguéis ou de outras ocupações, os moradores ficavam apreensivos com a possibilidade de remoção para uma área mais distante próxima a Vila Mutirão e também tendo em vista os prejuízos devidos aos investimentos que fizeram no local. A comissão de posseiros, da qual Wanderlei Marques da Silva era um dos integrantes, fez um levantamento de que existiam cerca de 1500 famílias residindo no local. Para José Divino, também da comissão, a situação era crítica em função das ocupações estarem associada às políticas públicas ineficientes e que as pessoas eram “empurradas a essa situação por conta do desemprego, baixos salários e a falta de moradia popular” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1987). As respectivas lideranças ainda argumentavam, à época, uma proposta de que a área fosse desapropriada por interesse social ainda propondo a compra das áreas ocupadas junto ao governo do Estado, Henrique Santillo. Moradoras como Ivonete José Rosa que morava de aluguel no Setor Rio Formoso e de Luiza Pereira Leite, despejada de um barraco no Novo Horizonte e Alberti Gonçalves dos Santos deixava bem claro o intuito dos moradores de permanecer nos terrenos ocupados (DIÁRIO DA MANHÃ, 1987).

Uma comissão de posseiros da Vila Adélia, Concórdia, Jardim Europa e Bairro Anhanguera juntamente com o ex-governador do Estado, Onofre Quinan, tinham se reunido com o então Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Sharwartz, no intuito de que houvesse a destinação de verbas para a regularização fundiária das ocupações (DIÁRIO DA MANHÃ, 1987). A falta de recursos paralisou o projeto de urbanização e legalização fundiária por dois anos pela ausência do levantamento topográfico, o que era de competência do IPLAM, segundo o então Presidente da Associação de Moradores da Posse do Bairro Anhanguera, José Frutuoso Filho. Isso ocorreu porque a verba negociada junto ao Governo Federal e que seria destinada a compra dos terrenos não foi repassada em sua totalidade e o Governo do Estado alegou não ter recursos para essa finalidade.

Apesar da ocupação ter conseguido a inclusão das ruas do Bairro Anhanguera no mapa cadastral de Goiânia, sancionada pelo então prefeito Daniel Antônio, a demora na desapropriação da área e sua regularização se apresentava como um problema permanente aos moradores que acabariam por ser organizar para o atendimento de suas reivindicações, assim como afirmava o vice-presidente da Associação, José Paes Landino “Nós sabemos que o

governo só atende os pobres na base da pressão e é isso que vamos fazer se o nosso problema não for resolvido logo, porque o que nós pedimos é um direito nosso, já que vivemos nesta área há mais de 20 anos” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1987, p.16).

O ponto de referência do Bairro Anhanguera era uma casa de reuniões que se concentrava como ponto de atividades e de discussão dos problemas relacionados à escola (com a presença dos pais), saúde, transporte, água, esgoto e na qual faziam avaliação das próprias reuniões, sendo ponto para organização comunitária. No mesmo local ainda eram realizadas missas e aulas de catecismos aos moradores. Além das reivindicações que existiam pela desapropriação dos terrenos, havia a luta por implantação de mais escolas e creches no bairro, como pontuava dona Geralda Augusta Chaves líder a frente das reivindicações, porque muitas mães residentes trabalhavam e as que não estavam empregadas não tinham condições de o fazer por não terem onde deixar as crianças (DIÁRIO DA MANHÃ, 1987, p.16).

O parque Anhanguera II também surgiu em 1987, decorrente da ocupação por 3500 famílias que passaram a reivindicar a desapropriação da área e o seu subsequente loteamento. Essas famílias passaram a aguardar a regularização garantida pela Secretaria de Assuntos Comunitários (SEAC) e de responsabilidade da Superintendência de Posses Urbanas. Em 1988, os terrenos abrigavam cerca de 1500 famílias que não só temiam a não regularização mesmo com o cadastramento que havia sido feito, mas requeriam junto aos órgãos públicos a possibilidade de pagamento dos terrenos desde que isto fosse feito de acordo com as condições financeiras de cada família. Para a Superintendente de Posses Urbanas, Mona Maris o projeto de regularização se daria a partir do momento que a Caixa Econômica Federal liberasse os recursos destinados para desapropriação e regularização fundiária da área.

À época havia também o conflito entre associações de moradores que criava tensão na comunidade. O vice-presidente da Associação de Moradores Vanderlei Marques da Silva acusava a Associação Comunitária e a Associação Pró Melhoramento de terem surgido para fins eleitoreiros no bairro. A senhora Etelvina Mesquita da Associação Pró Melhoramento enfatizava que não havia recebido o favorecimento vindo de vereadores, enquanto Joaquim Bráz dos Santos, presidente da Associação Comunitária e o Vice-presidente Leonel Divino rebatiam as acusações justificando a existência da entidade por conta da ineficiência em conseguir melhorias do bairro pela gestão feita pela Associação de Moradores (Diário da Manhã, 1988, p.12). Uma ação interessante que ocorreu no Parque Anhanguera II, foi a criação de um plano de saúde comunitário unificado e descentralizado de saúde (Suds), onde 90 agentes seriam treinados pela Osego e que os mesmos seriam escolhidos por voto pela comunidade local. A ideia seria de que os próprios posseiros teriam a responsabilidade de ser os agentes de saúde. Enquanto o projeto não era implantado, um atendimento paliativo atendia os moradores

do bairro com um *trailer* da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (Fumdec). A intenção era a construção *a posteriori* de um posto de saúde em um terreno que havia sido destinado para esse fim.

Ainda em 1987, a Secretaria de Assuntos Comunitários e a Superintendência para Assuntos de Posses e Urbanização, que tinha como superintendente Mona Maris Silva Ribeiro, realizou reuniões com os posseiros das ocupações, que até então já tinham sido feitas em seis bairros e havia previsão pelo menos mais oito, com o intuito de cadastrar e fazer reconhecimento das áreas ocupadas, o que já teria acontecido em dez bairros contando com cerca de 530 famílias cadastradas, contando que poderia se estender por mais de quinze bairros da capital. As áreas ocupadas, se estendiam pelos bairros: Pedro Ludovico IV, V, VI, VII, VIII e IX; Parque das Amendoeiras, Vila Cosme; Jardim Atlântico II; Água Branca; Vila Rica; Vila Perdiz; Bairro Goyá; Conjunto Novo Horizonte I, II; Vila João Vaz; Jardim Novo Mundo IV, VII, VIII, VI, X, XI, XIII, XIV e XV; Conjunto Bandeira; Bairro Santo Hilário; Vila Vera Cruz; Ciclovia-Setor Sul; Balneário Meia Ponte; Vila Bandeirante I; Jardim Vitória; Vila Santa Rita; Setor Tancredo Neves; Vila Adélia; Setor Norte Ferroviário; Santo Hilário; Parque Industrial João Braz; Vila Bandeirantes; Jardim Balneário Meia Ponte II, III e IV. Na Figura 1, podemos ver como as ocupações rastreadas neste artigo estavam localizadas no tecido urbano do município ao longo de 1970 a 1989. A seção seguinte considera o contexto da redemocratização entendendo que os diversos movimentos de reivindicação da moradia pelo país afóra repercutiram em garantias legais aos movimentos de luta popular pela moradia, e conseqüentemente às áreas ocupadas. Neste sentido optou-se pela periodização correspondente.

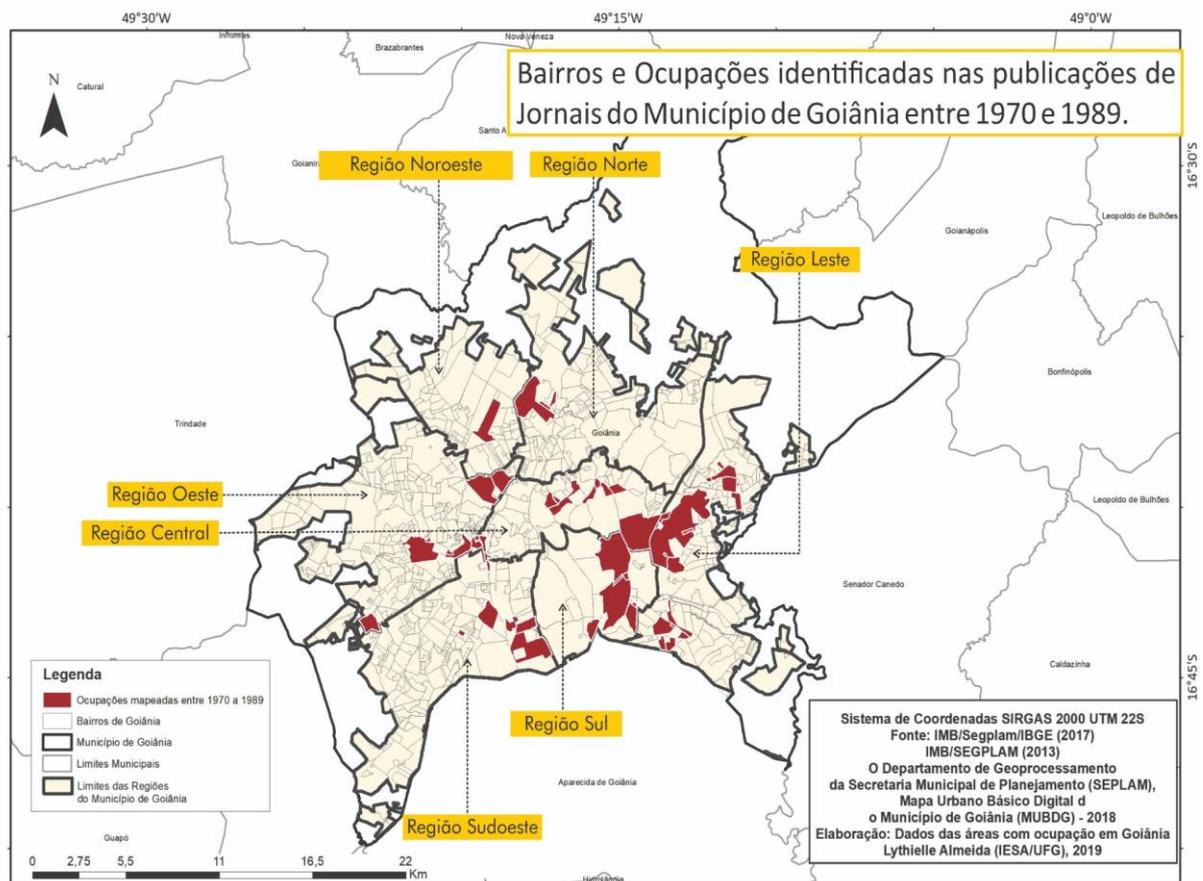


FIGURA 1- Mapa síntese das ocupações e bairros no Município de Goiânia citadas entre 1970 e 1989. Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados nas publicações de jornais em Goiânia.

Considerações finais

A pesquisa contribuiu na elucidação dos movimentos populares em Goiânia, estabelecendo um perfil dos atores sociais excluídos, fazendo uso das suas narrativas, sua realidade socioeconômica, formas de organização, às vezes espontâneas que resultavam em associações além de apontar as entidades políticas organizadas pela reivindicação dos direitos à moradia. Em relação ao papel e a atuação do Estado, ficou evidente na transcrição das reportagens a sua inoperância administrativa, as diferenças de tratamento por classe econômica, políticas higienistas, paliativas e de em algumas situações de uso de força e truculência contra as ocupações.

Além disso, ficou explícita a contradição dos discursos de agentes do Estado em relação aos movimentos de reivindicação da moradia. Tais contradições já haviam sido alertadas em momento de revisão bibliográfica, necessária ao entendimento das ocupações em Goiânia, especialmente quando das leituras ampliadas sobre cidades, capital e desigualdade social, entre as quais se destacaram Castells (2011), Lefebvre (2008) e Harvey (2005). Os resultados

apontam o reconhecimento dos atores, bem como as espacialidades das ações e, sobretudo, os efeitos das lutas populares no desenho urbano do município. Há também reconhecimento dos vínculos entre lutas populares e Estado, por meio das narrativas descritas pela imprensa na cobertura da questão da moradia em Goiânia.

Luchas populares por la vivienda en Goiânia, Goiás, Brasil: narrativas y espacialización de la prensa de Goiás entre 1975 y 1990

Resumen: Brasil tiene una larga historia de políticas de planificación urbana. Una de las marcas más evidentes de estas políticas fue la construcción de tres ciudades dentro del territorio nacional. En Goiânia, construida como capital del estado de Goiás, la memoria de las luchas por la vivienda tiene mucho que aportar a la comprensión de la calidad, dirección y efectos socioespaciales de las políticas de planificación urbana. Goiânia siguió una trayectoria histórica de producción espacial, fomentando la dispersión geográfica, dificultando la movilidad urbana y con fuertes repercusiones en la periferia socioespacial de la vivienda. En este sentido, nuestro objetivo es recomponer la lucha por la vivienda desde la producción de espacio y el papel de los movimientos populares. Esta reconstitución se realizó metodológicamente a partir de la revisión de la literatura y la identificación del fenómeno a través de varios reportajes publicados en los principales diarios de Goiânia, entre 1970 y 1990., sobre todo, los efectos de las luchas populares en el diseño urbano del municipio. También se reconocen los vínculos entre las luchas populares y el Estado, a través de las narrativas descritas por la prensa sobre el tema de la vivienda en Goiânia.

Palabras clave: luchas populares; vivienda; Goiânia.

Popular struggles for home in Goiânia, Goiás, Brazil: narratives and spatialization from the Goiás press between 1975 and 1990

Abstract: Brazil has a long history of urban planning policies. One of the most evident marks of these policies was the construction of three cities within the national territory. In Goiânia, built as the capital of the State of Goiás, the memory of the struggles for housing has much to contribute to the understanding of the quality, direction and socio-spatial effects of urban planning policies. Goiânia followed a historical trajectory of space production, encouraging geographic dispersion, hindering urban mobility and with strong repercussions on the socio-spatial periphery of housing. In this sense, our objective is to recompose the struggle for home based on the production of space and the role of popular movements. This reconstitution was methodologically carried out based on the literature review and the identification of the phenomenon through several reports published in the main newspapers in Goiânia, between 1970 and 1990, above all, the effects of popular struggles on the urban design of the municipality. There is also recognition of the links between popular struggles and the State, through the narratives described by the press covering the issue of home in Goiânia.

Keywords: popular struggles; home; Goiânia.

Referências

ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS VÃO ABRIGAR 37 FAMÍLIAS. **Diário da Manhã**. Goiânia, 24 jul. 1981.

AMEAÇAS NO PARQUE SANTA CRUZ. **Diário da Manhã**. Goiânia, 17 set. 1980.

- ASSOCIAÇÃO DENUNCIA JOGO POLÍTICO. **Diário da Manhã**. Goiânia, 02 ago. 1988.
- BARROS, Luís Tôrres. Política habitacional em Goiás: do mutirão ao cheque moradia. **Dissertação**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. 189 f.
- CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista Geográfica**, Barcelona, v. 8, n. 1-2, 1974.
- CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011
- CERCA REVOLTA OS INVASORES. **Diário da Manhã**. Goiânia, 01 out. 1980.
- COMUNIDADE ESTÁ CONTRA A REMOÇÃO. **Diário da Manhã**. Goiânia, 21 jul. 1987.
- GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1993
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- INVASORES A UM PASSO DA REMOÇÃO. **Diário da Manhã**. Goiânia, 10 jul. 1981.
- INVASORES DIFICULTAM URBANIZAÇÃO DE ÁREAS. **Diário da Manhã**. Goiânia, 20 jan. 1981.
- INVASORES EM VIGÍLIA NO PALÁCIO DE CAMPINAS. **Diário da Manhã**. Goiânia, 08 set. 1981.
- INVASORES FALAM COMO PREFEITO. **Diário da Manhã**. Goiânia, 10 jul. 1981.
- INVASORES NÃO SÃO RECEBIDOS. **Diário da Manhã**. Goiânia, 04 abr. 1982.
- INVASORES RECUSAM PROPOSTA DE ÍNDIO. **Diário da Manhã**. Goiânia, 05 set. 1981.
- INVASORES REJEITAM REMOÇÃO PROVISÓRIA. **Diário da Manhã**. Goiânia, 09 jul. 1981.
- INVASORES SOLICITA, MEDIAÇÃO DO PREFEITO. **Folha de Goiás**. Goiânia, 04 jan. 1981.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.
- LOJKINE, J. **Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MIL BARRACOS DE INVASÃO NO NORTE – FERROVIÁRIO. **O POPULAR**. Goiânia, 12 out. 1975.
- MOROSIDADE NA LEGALIZAÇÃO DOS LOTES. **Diário da Manhã**. Goiânia, 18 jul. 1987.
- MOYSÉS, A. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

NÚMERO DE BARRACÕES DA VILA JOÃO VAZ: **Diário da Manhã**. Goiânia, 05 nov. 1979.

POLÍCIA FAZ DESPEJOS NO PARQUE JOÃO BRAZ. **Diário da Manhã**. Goiânia, 06 mar. 1981.

POLÍCIA MILITAR E PREFEITURA IMPEDEM UMA NOVA INVASÃO. **Diário da Manhã**. Goiânia, 11 jun. 1983.

PREFEITO NÃO DEIXA INVASÃO AUMENTAR. **O POPULAR**. Goiânia, 03 jun. 1980.

PREFEITO PROMETE RECEBER OS INVASORES: **Diário da Manhã**. Goiânia, 06 set. 1981.

PREFEITURA LEGALIZA UMA INVASÃO. **Diário da Manhã**. Goiânia, 14 dez. 1980.

PREFEITURA NÃO PERMITE MAIS INVASÃO. **O POPULAR**. Goiânia, 27 jun. 1980.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: Uma introdução Crítica ao Planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 558 p.

TERRENOS PARA OS INVASORES DO AREIÃO **Diário da Manhã**. Goiânia, 05 jun. 1981.

TODOS JUNTOS PARQUE ANHANGUERA II: BAIRRO TEVE INÍCIO COM INVASÃO DE FAMÍLIAS DE SEM - TETO NOS ANOS 80. **Diário da Manhã**. Goiânia, 22 fev. 2004.

UM ANO DEPOIS, PROBLEMAS CONTINUAM. **Diário da Manhã**. Goiânia, 26 fev. 1988.

Sobre os autores

Lythielle Silva Almeida - Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, estagiária do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento IESA/UFG.

Leandro Oliveira de Lima – Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG.

Recebido para publicação em setembro de 2021

Aceito para publicação em novembro de 2021